

5tas. Jornadas Uruguayas de Historia Económica
Simposio 12. Geografía e Historia Económica de la Región Sur de Rio Grande do Sul: ¿diferencias y/o similitudes con el Plata''?

**As mulheres trabalhadoras das fábricas de pescado:
o caso de Rio Grande - RS**

Marcus Vinicius Spolle sociomarcus@yahoo.com.br

Susana Maria Velda da Silva susanasilva@furg.br

Resumo

O presente artigo apresenta resultados empíricos e reflexões sobre a situação das mulheres trabalhadoras das fábricas de pescado em Rio Grande – Rio Grande do Sul (RS). Partimos da premissa de que esta atividade está marcada pela posição que as mulheres ainda ocupam na sociedade patriarcal, (re)produzindo uma divisão sexual do trabalho oriunda das relações de gênero que as estigmatiza no mundo do trabalho remunerado. O objetivo principal é traçar o perfil destas trabalhadoras na divisão sexual do trabalho e identificar as estratégias de resistência e emancipação. Justificamos o estudo enfatizando sua contribuição para o empoderamento destas trabalhadoras, pois insere-se nos objetivos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008). Para tanto, optamos pela metodologia qualitativa sob a perspectiva feminista. A operacionalização se constitui na análise/reflexão através das seguintes categorias: estigmas, família, divisão sexual do trabalho, precarização laboral e empoderamento. A pesquisa demonstrou que as trabalhadoras da indústria da pesca ainda estão submetidas à formas de exploração que podem ser entendidas a partir das relações de gênero. Tanto em relação aos postos de trabalho submetidos a chefias masculinas, como as tarefas ligadas ao lugar das mulheres no trabalho reprodutivo

Palavras chaves: trabalho feminino; empoderamento; trabalhadoras das fábricas de pescado

Introdução

A presença das mulheres no mundo do trabalho remunerado está marcada pelas atividades exercidas no trabalho reprodutivo - os serviços domésticos ligados a alimentação e ao vestuário. Esta inserção representa a condição histórica em que o gênero é fator determinante para a participação de mulheres e de homens em determinadas ocupações, como no caso do setor de industrialização da pesca. No Brasil, a indústria de preservação e fabricação de produtos do pescado¹ é, desde sua origem, composta pela maior presença de força de trabalho feminina nas atividades do chão da fábrica, denominadas popularmente de “mulheres de branco” em função da obrigatoriedade do uso de calçados e vestuário desta cor por exigências sanitárias². A atividade nestas fábricas apresenta uma relação de trabalho que combina a formalidade através dos registros da produção individual com a eventualidade do trabalho

¹ Para o Conselho Nacional de Classificação (CONCLA) a “preservação e fabricação de produtos do pescado” é um grupo dentro da divisão “fabricação de produtos alimentícios” que pertence a seção “indústrias de transformação”. Ver www.cnae.ibge.gov.br. Neste trabalho utilizamos também os termos “fábricas ou indústrias de pescado” para as empresas que preservam e/ou fabricam produtos do pescado.

² Em 1952 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento instituiu o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) que, entre outras regulamentações nos anos subsequentes, impõe a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), no caso rouparia branca adequada para as fábricas de pescado.

temporário e/ou informal em função da sazonalidade e quantidade da matéria-prima (MARTINS, 2006).

Este artigo tem como objeto de estudo as mulheres trabalhadoras nas fábricas de pescado no município do Rio Grande - Rio Grande do Sul (RS) localizado no litoral sul do Brasil. Na proposta de estudo, a fábrica é considerada tanto como um espaço de preconceito e subordinação, como de resistência e empoderamento³. As características sexuais são compreendidas e representadas para e na prática social, tornando-se parte do processo histórico e reproduzindo-se nas relações de gênero. Parte-se da premissa que as relações e as condições de trabalho das mulheres nas fábricas de pescado estão eivadas de relações de gênero. A questão que impulsiona a pesquisa é considerar o trabalho como um possível lócus de resistência e empoderamento. O objetivo principal do artigo é compreender a situação destas trabalhadoras na divisão sexual do trabalho, identificando as discriminações de gênero e as estratégias de emancipação.

Para tanto, optamos pela metodologia qualitativa sob a perspectiva feminista. A operacionalização se constitui na análise/reflexão através das seguintes categorias: estigmas, família, divisão sexual do trabalho, precarização laboral e empoderamento. Os dados foram coletados através da aplicação de questionários e da realização de entrevistas em profundidade aplicadas às trabalhadoras. A interpretação se dá a partir da análise do discurso, por que este método permite abordar as falas das entrevistadas com ênfase no discurso como uma forma de ação, considerando todas as formas de fala e de texto (BAUER, M. e GASKELL, G., 2008).

O artigo está organizado em quatro partes. Na primeira problematizamos conceitos relativos a divisão sexual do trabalho e ao trabalho feminino no Brasil a partir de indicadores selecionados. Na segunda parte introduzimos as fábricas de pescado em Rio Grande. Na terceira apresentamos a discussão dos resultados obtidos a partir das entrevistas em profundidade e por fim, fazemos algumas reflexões e comparações dessa relação de gênero e trabalho no Brasil e no Uruguai.

1) Trabalho feminino e divisão sexual do trabalho.

A partir da perspectiva feminista e tendo como suporte teórico as relações de gênero, consideramos a concepção do caráter sexuado das relações sociais para se pensar a situação das trabalhadoras em relação as condições de trabalho e as estratégias de superação das discriminações. O estudo ao analisar os nexos entre preconceitos e o papel das mulheres no mundo do trabalho reprodutivo (espaço privado) e o mundo do trabalho produtivo (espaço público), também justifica-se como um subsídio para reflexão sobre as possibilidades de autonomia e igualdade.

A divisão sexual do trabalho refere-se à distribuição/alocação da força de trabalho masculina e feminina nos diferentes setores do sistema produtivo (HIRATA, 2002). As atividades remuneradas das mulheres são frequentemente uma extensão do trabalho reprodutivo no âmbito do espaço doméstico e privado. Para as sociedades patriarcais, a

³ Do inglês *empowerment*, que significa “o processo de fortalecimento político das mulheres obtido através de múltiplas ações de ordem legal, econômica, cultural e psicológica” (BRUSQUINI, M. C. et al. 1998, p. 71).

remuneração das mulheres é complementar e sua presença é mais importante na reprodução, enquanto que aos homens lhes cabe o papel de provedores da família. Quando as mulheres trabalham como assalariadas no âmbito de espaço público, estão nas atividades informais, temporárias e precárias ou em setores de atividades formais, mas de baixa remuneração⁴. A divisão sexual do trabalho baseada na dicotomia espaço público/espaço privado impõe uma divisão sexual do trabalho doméstico no espaço privado, nesta, cabe as mulheres a responsabilidade pelos afazeres domésticos (LOYOLA e ABUJAMBRA, 1985). A forma de organização familiar tem como corolário a dupla, tripla ou quádrupla jornada de trabalho das mulheres (MENDES, 2002).

Nos últimos quarenta anos, os movimentos feministas, a participação maciça das mulheres no mundo do trabalho remunerado e os novos arranjos familiares entre outros tem propiciado a desconstrução do modelo dicotômico de divisão sexual do trabalho (produtivo ou reprodutivo). Porém novos arranjos familiares pós-patriarcais, nos quais a organização familiar é negociada e a distribuição dos afazeres domésticos é mais equilibrada, ainda convivem com organizações familiares que sobrecarregam as mulheres e dificultam sua plena inserção no mundo do trabalho remunerado.

Estudos apontam para a crescente participação das mulheres brasileiras na sobrevivência familiar (CARVALHO, 1998; BRUSCHINI, 1998, 2000, 2007; MELO, 2005), contudo a baixa remuneração e a dupla jornada de trabalho indica que para as mulheres pobres a busca pelo trabalho remunerado representa muito mais uma motivação de luta pela sobrevivência do que de luta por uma condição de empoderamento⁵. Ao fazer a relação entre gênero e pobreza Melo (2005, p. 16) aponta que as mulheres brasileiras vivem mais e são mais pobres que os homens, e registra que a “taxa de atividade feminina passou de uma média em torno de 20% da população economicamente ativa (PEA) entre os anos de 1920 a 1960 para 40% em 2000 (...)”. Em 2006 a participação das mulheres na PEA era de 43%, destas 42% estavam ocupadas (PNADs/IBGE, 2006). Ainda que a Relação Anual de Informações Sociais (2011) informe um crescimento de 7,28% do nível do emprego formal da força de trabalho feminina, contra 6,70% da masculina para 2010, evidenciando a continuidade do processo de expansão da força de trabalho feminino nos últimos anos, as ocupações exercidas por elas são, na maioria das vezes, trabalho precário que não exige escolaridade formal e estão predominantes no setor informal (BRUSCHINI, 1998, 2000, 2007; MONTALI, 2006; KON, 2008; CAETANO e MAAS, 2009). Porém os empregos temporários em atividades formais, caso de muitas trabalhadoras das fábricas de pescado, apresentam-se como trabalho “incerto, imprevisível, e no qual os riscos

⁴ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda a necessidade de superar a visão da mulher como “força de trabalho secundária” (OIT, 2010. Disponível em: <http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=442>. Acesso em: 15/06/2011).

⁵ A UNIFEM e o Pacto Global das Nações Unidas estabeleceram sete princípios de empoderamento (*empowerment*) para as mulheres e homens atingirem no setor econômico: 1. Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero. 2. Tratar todas as mulheres e homens de maneira justa no trabalho – respeitar e apoiar direitos humanos e não-discriminação; 3. Assegurar saúde, segurança e bem-estar a todos, trabalhadoras e trabalhadores, mulheres e homens. 4. Promover educação, treinamento e desenvolvimento profissional para as mulheres. 5. Implementar desenvolvimento empresarial e práticas de cadeia de suprimentos e marketing que empoderem as mulheres. 6. Promover igualdade através de iniciativas comunitárias e de defesa. 7. Medir e publicamente relatar o progresso no alcance da igualdade de gênero. Ver www.unifem.org ou www.pactoglobal.org.br

empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregadores ou pelo governo” (KALLEBERG, 2009, p. 21). Nestes casos o trabalho é considerado precário nas suas “duas dimensões: a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade” (CATTANI & HOLZMANN, 2006, p. 203).

As mulheres mais instruídas e qualificadas das camadas médias e altas estão mais preparadas para enfrentar o mercado de trabalho e, portanto, assumem postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados. O trabalho decente propicia uma condição melhor para um efetivo processo de emancipação, autonomia e independência econômica⁶.

Bruschini (2007) aponta que o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, nas últimas décadas, se deve a mudanças demográficas, educacionais, culturais e econômicas. Em relação às mudanças demográficas podemos elencar o processo de transição demográfica com a persistente diminuição do número de filhos por mulher⁷ e o conseqüente envelhecimento da população com aumento da esperança de vida diferencial entre os sexos⁸ e o aumento de viúvas devido a esta diferença que, juntamente com crescimento de gravidezes precoces, de separações conjugais e de novos arranjos familiares aumentam a proporção de domicílios chefiados por mulheres de 14% em 1980 para 30,6% em 2005 (BRUSCHINI, 2007).

O aumento da escolaridade formal feminina repercute positivamente não somente na qualificação profissional, mas no acesso a informações que possibilitam o uso de métodos anticoncepcionais. O papel dos movimentos sociais da segunda onda feminista (LOURO, 1997), dos anos de 1960, é crucial para o conhecimento, produção e reprodução de novos padrões culturais ligados a vivência da sexualidade separada da procriação e de novos papéis que as mulheres podem assumir na sociedade, no mundo do trabalho remunerado e/ou em novos espaços públicos. Nos anos oitenta e noventa do século XX as sucessivas crises econômicas, o aumento do desemprego e a queda dos salários convivem com novas pautas de consumo e novos arranjos familiares que demandam a participação das mulheres do mercado de trabalho.

No século XXI as mudanças se acentuam aliadas a um contexto de crescimento econômico e um incremento do consumo. Segundo Fishlow (2011, p. 186) as famílias brasileiras tiveram um aumento do consumo de 1,1% em 2002 para 3,1% em 2006. Estudos recentes apontam que a inserção das mulheres no mercado de trabalho está marcada por permanências e mudanças (BRUSCHINI, 1998, 2000, 2007 e ROCHA, 2000; KON, 2005). As permanências dizem respeito a maior responsabilidade das mulheres pelos afazeres domésticos, ocasionando uma sobrecarga para aquelas que realizam atividades econômicas remuneradas; aos baixos salários⁹; a precariedade

⁶ Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), “trabalho decente significa a promoção de emprego e ocupação com proteção social, respeito aos direitos e princípios fundamentais no trabalho e diálogo social (...) também deve incluir necessariamente, o entendimento de que se trata de um trabalho livre de todas as discriminações” (MARQUES e SANCHES, 2008, p. 53-54).

⁷ A taxa de fecundidade passou de 4,4 filhos por mulher em 1980 para 2,1 em 2008 (BRITO e BAENINGER, 2008)

⁸ A expectativa de vida em 2003 era de 76 anos para as mulheres e 68 para os homens (IPEA, 2008)

⁹ Dados da RAIS (2011) apontam que embora a média de remuneração mensal em reais nos empregos formais tenha aumentado no período 2009-2010, a diferença salarial entre homens e mulheres ainda é significativa: no RS, por exemplo, enquanto os homens passaram de 1.777,19 em 2009 para 1.828,80 em 2010, as mulheres tiveram para o mesmo período, 1.441,16 e 1.465,52 respectivamente.

laboral e a ocupação de guetos de emprego e trabalhos marcadamente femininos tendo como corolário a redução de salários e queda de prestígio social. Segundo Hoffmann e Leone

As ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas do mercado de trabalho continuam se reproduzindo, implicando a persistência de nichos ocupacionais, como, por exemplo, o do emprego doméstico. O aumento do emprego doméstico aliado ao aumento do trabalho autônomo reflete maior proporção de mulheres na informalidade, desprotegidas de qualquer regulamentação que lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença- maternidade e acesso a creche, entre outros (2004, p. 36-37).

As mulheres, que desde a década setenta do século XX tem sua presença crescente no mercado do trabalho brasileiro, ainda ocupam principalmente postos de trabalho ligados as funções e/ou papéis femininos. Estes são consequência da função biológica da maternidade, fundados na concepção essencialista e no modelo de família patriarcal que estabelece ao homem o papel de provedor e a mulher o de administradora do lar, responsável pelos afazeres domésticos Na concepção, as mulheres estão mais talhadas para as atividades apreendidas no mundo privado do lar patriarcal, tais como: a educação, a higiene e os cuidados com o outro que incluem cozinhar, lavar e servir. As trabalhadoras brasileiras estão presentes em maior número no setor dos serviços e do comércio (BRUSCHINI, 2007).

No setor industrial o trabalho feminino costuma ser predominante na indústria têxtil, de calçados e na de alimentos, reflexo das posições ocupadas por mulheres e homens na divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 1978, 1979 e 1981 e BLAY, 1978). No setor da pesca as atividades de captura e beneficiamento ainda são marcadas pelas relações de gênero. A captura é realizada principalmente por homens e o beneficiamento absorve grande parte da força de trabalho feminina do setor da indústria de transformação. As mulheres realizam em terra, no domicílio (espaço privado) ou na fábrica (espaço público) o beneficiamento do pescado. As tarefas estão ligadas a alimentação e a higiene e constituem-se, na ideologia patriarcal, como “um serviço para as mulheres”.

2) O trabalho nas fábricas de pescado em Rio Grande.

Em meados do século XIX, Rio Grande localizado na planície costeira do sul do estado do Rio Grande Sul (RS), destacava-se no cenário sulino devido à atividade portuária, cuja importância era oriunda do fato de ocupar o terceiro lugar em movimentação portuária no país. Segundo o relato do viajante e comerciante inglês John Luccock (1975) havia no município um relevante comércio de importação de produtos ingleses e europeus, além do comércio interior com outras partes da província e de “além fronteiras”. O que dava um caráter particular ao porto de Rio Grande era o escoamento da produção do charque e de derivados do gado, couro, chifre, graxa, sebo e outros. Uma das primeiras indústrias moderna do Brasil, a fábrica de tecidos Rheingantz, iniciou suas atividades em 1873 e empregava importante contingente de mulheres no processo produtivo (PAULITSCH, 2008, p. 65).

A partir de 1870, migrantes portugueses da Póvoa do Varzim, iniciaram a exploração econômica dos recursos pesqueiro do Estuário da Lagoa dos Patos e litoral adjacente: “portadores de capitais e de um passado vinculado à pesca, organizaram as

primeiras parselhas de pesca e unidades de industrialização”. (MARTINS, 2002, n.p.). Logo depois, no início da década de 1890, ocorreu um incremento das exportações de pescado para o Nordeste brasileiro e, em Rio Grande, fundaram-se duas fábricas de conservas fábricas de pescado a Cunha Amaral S/A Indústria e Comércio (1876) e a Indústria de Alimentos Leal Santos (1889).

Na virada do século XIX até as primeiras décadas do século XX, outras empresas se instalaram no município, transformando-o no mais importante pólo industrial do Rio Grande do Sul. Fato que propicia o crescimento da população urbana e a diversificação das atividades econômicas, que marcam a formação da atividade industrial e começo da inserção da força de trabalho feminino.

O parque industrial pesqueiro instalado em Rio Grande foi alavancado com as capturas no litoral adjacente e um conjunto de políticas estatais nas décadas de 1950 e 1960, chegando a empregar 17.000 trabalhadores (as) numa população de cerca de 147.000 habitantes, no final dos anos de 1970. Do total de trabalhadores empregados no setor, aproximadamente 12.000 eram temporários e mulheres (MARTINS, 1997). Segundo Martins (2002), com a ditadura militar, foi implantado um “projeto de modernização conservadora”, que propiciou às indústrias pesqueiras de Rio grande a possibilidade de fornecer volumosa quantidade de diferentes modalidades de beneficiamento de pescado para o mercado do Sudeste e Nordeste do Brasil. Isso foi possível porque a cidade foi beneficiada por cerca de 25% do total nacional dos recursos destinados para o setor, aproveitando-se dos privilégios das regulamentações estatais, “que incluíam imposições contra as importações de pescado e o uso exclusivo do Mar Territorial brasileiro”.

Nas décadas de 1970/80 Rio Grande abrigou o maior parque industrial pesqueiro do Brasil. No início do século XXI, o estado do Rio Grande do Sul era responsável por cerca de 25% do pescado industrializado, tendo sofrido uma redução drástica, se comparado com os números até a década de 1990, quando o parque industrial pesqueiro instalado em Rio Grande correspondia a aproximadamente 50% da capacidade da indústria pesqueira do Brasil. Segundo MARTINS (2002, n.p.) “até o começo da década de 90 o parque industrial pesqueiro instalado em Rio Grande correspondia a aproximadamente 50 por cento da capacidade da indústria pesqueira no Brasil”. As mulheres compõem uma importante fração da força de trabalho absorvida por estas empresas. Em 1990, nove fábricas, empregavam 670 homens e 1.350 mulheres (SANTOS, 1990).

Atualmente o município do Rio Grande tem uma população total de 197.228 com 94.983 homens e 102.245 mulheres (Censo Demográfico - IBGE, 2011). Os dados apontam a importância numérica do trabalho feminino nas fábricas de preservação e fabricação de produtos de pescado no total das indústrias de transformação. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego através do Relatório Anual Informações Sociais (RAIS/MTE)¹⁰, disponível *on-line*, em 2009, 1.589 mulheres eram funcionárias das indústrias de transformação, destas 1.006 estavam trabalhando nas dezenove fábricas de pescado operantes. Das mulheres trabalhadoras da indústria de transformação 63,3% estavam nas fabricas de pescado que empregavam um total de

¹⁰ O RAIS disponibiliza dados sobre mercado formal de trabalho brasileiro, a partir dos registros administrativos fornecidos pelas empresas. Trata, portanto de postos de trabalho ou vínculos de emprego e não necessariamente de empregados. Ver <http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>

1.734 trabalhadores, destes, 58% eram mulheres (ver Tabela 01). Porém o número de trabalhadoras pode ser maior, pois dependendo da safra, existem também contratos temporários para diaristas ou tarefeiras e trabalhadoras sem nenhum tipo de contrato.

Tabela 01: Número de estabelecimentos e pessoas ocupadas por sexo na classe Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado em Rio Grande, 2009.

Classe CNAE 2.0	Número Estabelecimentos	Pessoas Ocupadas		
		Masculino (%)	Feminino (%)	Total
Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	19	728	42 1006	58 1734

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2010). Organização: Geógrafo Luciano Lucas.

Desde a década de 1950, as fábricas de pescado têm suas atividades reguladas pelo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA (Decretos n. 30691/1952 e 6385/2008). As normatizações tratam também das atividades das trabalhadoras em geral e objetivam melhorar as condições de produção que incluem melhorias nas condições de trabalho. Mesmo assim, conforme observação e relato das trabalhadoras, as disposições relativas as condições no chão de fábrica muitas vezes não são adequadas, ocasionando insalubridade e doenças conseqüentes como cistite e varizes. As condições de precariedade e insalubridade vem sendo sanadas de forma mais constante a partir de 2008, principalmente nas fábricas que destinam sua produção para o mercado exterior. De fato os regulamentos objetivam mais melhorar a produção e torná-la apta ao mercado exterior do que as condições de trabalho das trabalhadoras.

Além disso, o trabalho por tarefa ou por produção ou peça tem sido amplamente utilizado nas indústrias de pescado rio-grandinas. Esta modalidade de trabalho se caracteriza pela impessoalidade de relações entre trabalhador e empregador e pela descontinuidade que possibilita um não comprometimento do trabalhador em relação ao empregador e vice-versa. A remuneração esta relacionada a produção do trabalhador e sua ligação com a empresa pode se dar ou não a partir de um contrato temporário. Pinto (2010, n.p.) considera que o

trabalho tarefeiro é aquele prestado por conta do tomador de serviços, com remuneração proporcional ao numero de peças produzidas ou serviços desempenhados pelo trabalhador, realizado de forma não habitual, impessoal e mediante certa subordinação.

Se por um lado o trabalho das tarefeiras nas fábricas de pescado é um trabalho precário, marcado pela sazonalidade e sem amparo legal, por outro como não são empregadas, este tipo de atividade laboral permite uma independência e um controle das trabalhadoras com relação a produção e a jornada de trabalho¹¹. As fábricas de pescado operam, em média, com três esteiras¹². Na época da safra, em torno de 25 mulheres

¹¹De acordo com Pinto (2010, n.p.) “não há amparo legal algum a categoria dos trabalhadores tarefeiros”. O tarefeiro não se configura como um trabalhador empregado e/ou temporário. Este tipo de atividade está próximo aos trabalhadores avulsos e eventuais.

¹² Bancada transportadora, geralmente de inox, para a circulação dos produtos.

realizam, por esteira, as seguintes tarefas: (1) classificação dos peixes; (2) limpeza (peixes, camarões e siris); (3) fileteamento (peixes); (4) armazenagem em banheiras com gelo (5) empacotamento e (6) armazenamento nos frigoríficos. O trabalho de classificação é feito pelas diaristas, com turno de oito horas e estendido, de acordo com a quantidade e a qualidade de peixe. As tarefeiras executam o trabalho mais qualificado. A relação de trabalho é precária, dependendo das preferências pessoais do capataz (agenciador de mão de obra) e em função da sazonalidade e quantidade da matéria-prima.

Pinto (2010), ao analisar a discriminação sócio-jurídica do trabalhador por tarefa no setor pesqueiro riograndino evidenciou uma modificação nas características desta modalidade de tarefeiro a partir da década de 1980 passando a terem maior subordinação dos trabalhadores, com continuidade e pessoalidade. Trabalhando de forma contínua em uma mesma empresa as tarefeiras passam a gozar de repouso semanais, férias, gratificação natalina sobre o valor da produção.

3) As trabalhadoras falam¹³.

As mulheres entrevistadas trabalham ou trabalharam nas fábricas de pescado em Rio Grande e residem nos municípios de Rio Grande ou de São José do Norte (ver figura 01) e têm suas origens ligadas a pesca, a agricultura ou aos serviços domésticos. Parte da pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso com 20 mulheres residentes de São José do Norte¹⁴. O grupo de mulheres é organizado e a sua contratação é feita a partir de uma representante do grupo que aloca o número de trabalhadoras necessário para o trabalho a partir da demanda solicitada pela fábrica. Desse universo, foi feita uma *survey* com 15 representantes do grupo, objetivando a caracterização socioeconômica destas mulheres. Também foi realizado um estudo qualitativo, a partir de entrevistas em profundidade com representantes do grupo de São José do Norte e de Rio Grande¹⁵, focando principalmente as relações de vida e trabalho. As mulheres são representativas da discriminação, tanto em relação à exploração do trabalho, como em relação ao preconceito de mulheres trabalhadoras dos arredores do cais do porto. Quase metade do grupo (46%) está faixa etária de 41 a 50 anos, a mesma porcentagem é natural de São José do Norte. Quando comparado com as taxas de fecundidade de Rio Grande, em torno de 2,2 filhos por mulher, e em São José do Norte é 2,5 (IBGE, 2011), constatamos que o número de filhos por mulher é elevado, quase 60% das entrevistadas tem de três a cinco filhos. A grande maioria (82%) possui companheiro e são responsáveis pela casa e se consideram chefe de família (73%), mesmo dentre aquelas que dividem a renda familiar com o cônjuge/companheiro. Quanto à escolaridade, quase a grande maioria não completou o ensino fundamental (72,7%), além de uma significativa quantidade de analfabetas (18,2%), o que as caracteriza por uma baixa

¹³ Para garantir o anonimato utilizamos a letra inicial do nome das entrevistadas entre aspas e maiúsculo.

¹⁴ No período de 2008-2011, realizamos, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a pesquisa denominada “Mulheres e trabalhos: as (i)mobilidades dos estigmas” (VELEDA DA SILVA, et al. 2011).

¹⁵ Cabe ressaltar, que foi escolhido o grupo de São José do Norte por ser pequeno e as trabalhadoras estabelecerem uma relação conjunta com as indústrias de pescado. As trabalhadoras de Rio Grande ainda estão sendo estudadas em uma segunda etapa da pesquisa, dado o tamanho do universo empírico (apresentado na tabela 1). Neste artigo apresentamos o resultado de seis entrevistas em profundidade com as mulheres trabalhadoras residentes em Rio Grande.

escolaridade. A seguir apresentamos as falas das entrevistadas evidenciando os elementos de reflexão.

A família da entrevistada "C" é originária da 5ª Secção da Barra, que é uma localidade de São José do Norte onde moram dezenas de famílias de pescadores. Tradicionalmente, a pesca era feita sob o regime familiar, que atualmente encontra-se em decadência, devido ao avanço dos barcos pesqueiros de grande porte. De acordo com a fala da entrevistada, na época em que morava na localidade havia uma grande quantidade de barcos de pequeno porte, chamados de bote, que serviam para realizar a pesca familiar. A entrevistada rememora que o avô possuía parelha¹⁶, o pai seguiu a mesma ocupação, estando a mãe e os irmãos envolvidos nesse trabalho familiar: "meu avô tinha a parelha dele, os filhos tudo tinham a parelha deles, meu pai tinha. Tudo pertinho uma das outras. Os irmãos que na infância trabalhavam com a família, atualmente são empregados, não tem nada próprio. Trabalham num barco de pesca" ("C", 30/05/2009). Os reflexos da decadência do setor pesqueiro são sentidos tanto pelos homens, que se viram obrigados a se empregarem nos grandes barcos, como para as mulheres, que precisam fazer a travessia para Rio Grande para conseguirem uma vaga na indústria do pescado. Todos concordam que "naquele tempo a pesca era mais fácil que agora"

Em relação ao trabalho feminino, as mulheres possuem um papel relevante na rotina da pesca, tanto artesanal quanto industrial. No trabalho artesanal, a atividade das mulheres era considerada uma ajuda para a família e, principalmente, ao marido ao invés de ser uma ocupação:

(...) a minha mãe eu acho que nunca trabalhou como eu (...) o máximo da minha mãe era dentro de casa. (...) E quando meu pai tinha parelha ela era cozinheira. Ela levantava quatro horas da manhã para fazer café, almoço pra quem tava chegando do mar, subia em cima do trapiche pra desmalhar peixe ("C", 30/05/2009).

A divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2002) tem dois princípios organizadores: a separação e a hierarquização. Assim existem trabalhos de homens (trabalho produtivo/remunerado) e trabalho de mulheres (trabalho doméstico/ não remunerado), e o trabalho dos homens "vale" mais do que o das mulheres. A desvalorização do trabalho feminino é observada na própria fala da entrevistada, quando diz que o máximo da mãe era o serviço de casa. No entanto, a ocupação que a mãe possuía na rotina diária da atividade pesqueira era de extrema importância para o bom andamento do trabalho da pesca artesanal: enquanto os homens saíam nos barcos, tanto para a Laguna quanto para o oceano, as mulheres tinham uma participação fundamental nos trabalhos de suporte, como alimentação, reparos das redes, auxílio na hora de tirar o peixe das redes e a separação das diferentes espécies.

Porém, a entrevistada dá à sua atual ocupação na indústria da pesca uma maior importância que o serviço de sua mãe, na atividade em família da pesca artesanal. A importância é dada por dois motivos: a necessária qualificação para a tarefa e a

¹⁶ O arrasto de parelha consiste a utilização de uma rede cônica de grande dimensão cuja boca é mantida aberta pela distância entre as duas embarcações, em geral de mesmo porte. O lançamento e o recolhimento da rede são realizados por somente uma embarcação (ver http://www4.icmbio.gov.br/cepsul/index.php?id_menu=247)

remuneração ligada a uma atividade fora do espaço privado, promovendo uma certa socialização.

Certamente, as dificuldades, o cansaço rotineiro e a baixa lucratividade são comuns às duas categorias de trabalho. Fica evidente, porém, a precariedade das fábricas, que leva as mulheres a executarem tarefas em lugares insalubres, sem as devidas condições de trabalho. A maioria das fábricas não fornece luvas, botas e aventais apropriados para proteger da umidade e do frio, ocasionados do contato constante do gelo para a conservação dos pescados (ver foto 01). Consideram que a pior tarefa é a aquela executada “na sala fria, porque a sala fria é um túnel que se trabalha no meio do gelo, é fria mesmo, os geradores ficam ligados tempo todo. Usamos roupas, mas assim mesmo a gente sente frio” (“L”, 16/05/2010).



Foto 01: interior de uma fábrica de pescado, Rio Grande, RS.

Além disso, o trabalho fora do universo familiar gera um ritmo diferenciado, e a mulher precisa garantir seu espaço por meio do bom serviço prestado. Essa é a justificativa dada pelas mulheres do Norte para explicar porque são chamadas para trabalhar na indústria de pescados. Segundo as entrevistadas, as mulheres de São José do Norte “são mais trabalhadoras que as do Rio Grande”. Essa afirmação pode ser interpretada também como uma maior tolerância às necessidades da empresa. Isso pode ser observado quando elas relatam que aceitam trabalhar até 24 horas, sem descanso, para terminar o trabalho de um carregamento de peixe. Porém, ao invés de reclamar dessa exploração, preferem ressaltar que não há “nenhum peixe que ela não conheça, nenhum que não saiba se está bom ou se está ruim”, refletindo a familiaridade com a pesca” (“C”, 30/05/2009).

Algumas mulheres residentes em São José do Norte alternam os serviços ligados à terra com as atividades ligadas ao mar. Esse é o caso da entrevistada “M”, que alterna o serviço da cebola com a classificação do peixe: “aqui é peixe ou é cebola, quando não é peixe é cebola, quando não é cebola é peixe. (...) esse ano mesmo foi muito pouca gente cortando cebola, agora é nas máquinas” (“M”, 28/06/2009).

É interessante observar que seus pais já trabalhavam na indústria da pesca, até o fechamento da fábrica de São José do Norte; já "M" começou a trabalhar como diarista na safra da cebola e, na entressafra, pegava os serviços oferecidos pela indústria da pesca de Rio Grande. Porém, desde 2009, o serviço da cebola tem ficado escasso, porque começou a ser implantado na região o corte mecanizado. Além disso, o serviço na cebola é sazonal, tem trabalho na época da plantação e da colheita, garantindo aproximadamente cinco meses de trabalho; enquanto o serviço na pesca não possui intervalos, "eu escolhi ficar ali, porque é o ano todo. Eu posso ficar até uma semana em casa. Mas no momento que os barcos chegam do mar, ele [capataz] já está ligando. (...) vão fazer cinco anos que eu estou ali e todos os meses do ano eu trabalhei" É o que explica "M", quando justifica a preferência pela atividade de classificação de pescados.

Entretanto, é necessário averiguar as condições de trabalho nas empresas da pesca para se verificar e compreender a preferência por esse tipo de trabalho, aparentemente tão precário quanto o da pesca artesanal e o trabalho na agricultura. O emprego doméstico é também uma das alternativas de trabalho para estas mulheres. Porém consideram um trabalho pior do que nas fabricas, os motivos principais são a baixa remuneração, a informalidade e o preconceito. "L" nasceu na localidade da quinta secção da Barra (SJN) o pai era pescador e a mãe "trabalhava na roça, com cebola", a vida era muito sofrida, estudou até o segundo ano, "porque lá a gente era muito pobre e com dez anos eu comecei a trabalhar como empregada doméstica", casou com 14 anos e aos 17, já separada migrou para Rio Grande, onde começou a "trabalhar em fabricas, trabalhei cinco anos na Pesca" ("L", 16/05/2010). Para "M" a experiência como empregada doméstica foi um fator de impedimento para a continuidade dos estudos pois, "na época em que eu trabalhava de doméstica não podia estudar, as patroas não gostavam ainda mais se estudavam a noite" e uma evidencia do preconceito : "um dia tava na casa de uma patroa e o marido dela olhou bem pra mim e disse: dizem que negra é muito boa na cama né? Eu disse deu! Sai do serviço, já peguei cada uma..." ("M", 19/12/2009).

No que se refere as condições de trabalho as mulheres entrevistadas indicam que as fabricas muitas vezes obrigam as trabalhadoras a comprarem seus uniformes, visto que a fábrica não fornece o material para a realização do serviço

(...) dizem que há muito tempo, assim que abriu a firma, eles davam o uniforme, mas aí depois com o tempo já foi ficando mais ruim o serviço, porque já não é todos que tiram ali né, se dividem né, ainda há pouco serviço. Antes davam, agora não, nós é que levamos a calça branca, a bota, o blusão e o tapa-pó" ("M", 28/06/2009).

A fala da entrevistada revela que foi transferido para as trabalhadoras a responsabilidade pela aquisição do uniforme de trabalho A compra desse material é feita com o ordenado diário de vinte e cinco reais, pelo serviço de, em média, oito horas de trabalho, "mesmo que eu pegue oito horas e solte meio dia, duas horas, quatro horas, cinco horas são os mesmos vinte e cinco, mesmo que eu não complete as oito horas" ("M", 28/06/2009).

Na chegada dos barcos, o serviço é dos homens, que depositam os peixes nas esteiras, que possui uma abertura direta no cais, e os peixes são transportados lentamente pelas esteiras e vão desfilando para as mulheres, que se alojam ao longo dela, para fazerem a separação e depositarem os diferentes tipos de pescados nas

banheiras com gelo. O serviço termina com os homens, que carregam as banheiras para os depósitos refrigerados.

Normalmente, as dependências da empresa não são apropriadas, fazendo com que as trabalhadoras permaneçam no período de serviço em cima de um estradinho que é "tipo uns banquinhos, tipo uns ferrinho, pra ti não tá com os pés úmidos" (foto 3). Quando as três esteiras estão com o número máximo de trabalhadoras ao seu redor, não há estradinho para todas sendo preciso improvisar com as próprias banheiras, onde colocam os peixes. Mas isso só ocorre quando o pescado é capturado por parelhas de arrasto, que podem conter de 80 a 100 toneladas de peixe, de "tudo quanto é qualidade e tamanho" porque "vem rapando tudo", sendo necessário maior conhecimento e experiência na classificação. No caso das traineiras¹⁷, carregadas somente de peixes grande, com média de 20 a 25 toneladas/barco, costuma ser utilizada somente uma esteira para o trabalho de classificação ("M", 28/06/2009).

A posição das mulheres nas esteiras, o dia inteiro, acaba causando problemas de coluna, tanto que há uma certa disputa para pegar a esteira mais alta, mais fácil de se posicionar para olhar e pegar os peixes. Os estradinhos servem também para se adequarem à altura das esteiras. Quando há uma grande quantidade de peixe, a cansativa rotina de trabalho pode ser estendida para além das oito horas diárias. Levando-se em conta que o horário de travessia entre São José do Norte e Rio Grande cessa à meia-noite, durante as horas extras, o serviço pode ultrapassar o horário de funcionamento das lanchas. Com isso, elas acabam esperando a primeira lancha da manhã, nas dependências da fábrica.

Olha, peguei ontem oito horas da manhã e vim hoje às sete e meia da manhã. Ontem nós trabalhamos até a uma da manhã e não tinha lancha mais, aí o que a gente faz? Embora não dá pra vir, né. Tomamos um café, fizemos um chimarrão no refeitório e ficamos ali. Eles não pagam hotel pra nós, a gente fica ali até a primeira lancha, até a das sete ("C", 30/05/2009).

Essa é uma explicação para a união das trabalhadoras, que obriga as mulheres a se protegerem mutuamente, visto que elas ficam em um local sem as mínimas condições de permanência noturna, pernoitando no refeitório, já que a localização da fábrica fica próximo ao cais do porto velho de Rio Grande, onde a circulação noturna não é recomendável: "É muito perigoso. O quintal fica aberto. E o refeitório onde a gente estava era ali no fundo. Não dá pra arriscar a vida ali, não... ali é muita droga por causa dos barcos, do porto" ("C", 30/05/2009).

O espaço portuário oferece um perigo que reforça a união das mulheres, continua relatando "C", visto que quando saem para pegar a lancha "a gente não sai lá da firma sem estar todo mundo junto, uma por causa dos vale transporte e outra porque lá é perigoso". Apesar de as entrevistadas relatarem que gostam do trabalho, elas acabam reconhecendo a precariedade: "até queria, não vou dizer que não queria um serviço melhor, mas como eu não tenho, eu tenho que me contentar com o que tem, né" Mesmo assim, isso não impede que, como relata "M", "a minha [filha] mais velha vai comigo de vez em quando", enquanto não consegue um emprego melhor. A trabalhadora explica que leva sua filha para a fábrica para pegar a prática e compreender que nem sempre vai "depender de pai e mãe". Porém, "é uma coisa que eu não quero pra

¹⁷ Traineira é um pequeno barco de pesca com a popa reta para facilitar o lançamento das redes de captura de peixes.

minha filha por eu trabalhar lá, eu não quero pra minha filha aquilo ali" ("M", 28/06/2009).

Opinião semelhante tem a entrevistada "C", que mesmo gostando de trabalhar na indústria da pesca, explica que exerce a atividade "porque precisa". É interessante observar que, algum tempo depois da entrevista, "C" trocou o emprego na indústria de pescado para trabalhar como doméstica. Porém afirmam que "Na casa de família tu também leva cantada, ma é diferente porque tu vai aceitar que uma criança te jogue na cara que a mãe dela ta pagando. Nesse sentido é bem melhor a fabrica. Odeio quando chega alguém e diz ta mal lavado e joga no chão, isso acontece e muito em casa de família" ("M", 19/12/2009).

Os preconceitos ligados a atividade na fábrica aparecem ligados ao manuseio do pescado e o conseqüente cheiro, "o problema é que a peixeira é mal vista. Na lancha mesmo nos combinávamos de sentar no salão para as dondocas torcer o nariz, depois iríamos para a borda. Eu passava açúcar na mão para sair o cheiro era muito forte" ("M", 19/12/2009). O estigma de mulheres de "faca na bota" se fundamenta no uso de faca própria colocada na bota de plástico branco e na postura de "não levar desaforo pra casa" ("AP", 17/05/2009).

Ainda que mais da metade das mulheres seja de cor parda, a partir dos relatos, percebe-se que os favores sexuais aparecem mais como uma condição de gênero do que de cor. Algumas mulheres sofreram assédio sexual na fábrica promovido pelo gerente ou capataz. Outras alegam optar livremente em conceder favores sexuais para obterem algum ganho. Quando perguntada se existe assédio na fábrica "V" relata que "existia sempre tinha algum chefe que dava em cima das gurias, sempre. Tive até uma colega que saiu da fábrica porque o marido dela não a deixou continuar trabalhando lá. Por causa dessa fama que tem a mulher de fábrica" ("V", 04/12/2009). Porém completa "Acho que é porque a maioria não se dá ao respeito mesmo". Ainda segundo "V", as mulheres "que se dão o respeito" o ganham porque são de "faca na bota": "sempre fui séria e andava com umas mulheres revoltadas que andavam sempre de facão daí ninguém mexia com a gente" ("V", 04/12/2009). As relações de gênero aparecem perpetuando a condição submissa e subordinada nas mulheres, tanto no que se refere ao seu papel na divisão sexual do trabalho como na necessidade de assumir uma postura masculina para se defender na fábrica.

Quando comparado com o serviço doméstico, fábrica ainda é mais atrativa para elas "M" argumenta que "na casa de família tu também leva cantada, mas é diferente porque tu vai aceitar que uma criança te jogue na cara que a mãe dela ta pagando. Nesse sentido é bem melhor a fabrica. Odeio quando chega alguém e diz: tá mal lavado e joga no chão, isso acontece e muito em casa de família" ("M", 19/12/2009). "V" afirma que "como doméstica as donas acham que são tuas donas, que somos escravas é muito humilhante e com meu temperamento não dá" ("V", 04/12/2009). Nas fábricas de peixe "é diferente tens teu tempo de trabalho não é tanta pressão, e quem controlava meu horário era eu se quisesse ganhar mais trabalhava mais" ("V", 04/12/2009).

A liberdade de ser "dona de seu nariz" ("LM", 16/05/2010) é compensada pela precarização do trabalho na fábrica. Os preconceitos em relação ao trabalho são dirimidos, pois o objetivo é ter um trabalho remunerado e poder sair do mundo doméstico e ampliar sua socialização. Porém quando perguntadas se gostariam que suas filhas trabalhassem na fábrica elas são unânimes em dizer que para as filhas "querem o estudo" para que através dele possam "trabalhar em algo melhor" ("AP", 17/05/2009).

A decadência da pesca e da cebola geraram um êxodo rural e muitas famílias migraram para as sedes dos municípios de Rio Grande e São José do Norte em busca de novas oportunidades de trabalho; sendo assim, antigos pescadores artesanais e pequenos produtores de cebola passaram para a condição de empregados em São José do Norte ou em Rio Grande, como é o caso das mulheres que foram entrevistadas.

A classificação do pescado exige experiência das trabalhadoras, adquirida na cotidiana convivência com a pesca, levando as mulheres a reconhecerem a importância de seus trabalhos. Isso pode ajudar a entender a preferência pelo trabalho na indústria de pescado mesmo tendo que conviver com o ambiente portuário, considerado um local perigoso, por onde não se deve circular sem a companhia de outras pessoas. Sem dúvida, esse ambiente também faz parte da cultura da pesca, vivida por grande parte das trabalhadoras.

Uma das estratégias é andar em grupo e falarem alto, adiantando a todos que “as mulheres do peixe estão passando”. Essa frase é muito ouvida quando se indaga sobre elas na cidade do Rio Grande. Nas entrevistas, elas fazem questão de ressaltar essa característica: “Na lancha a gente senta tudo junto, tudo assim em fileirinha. Então eu vou chegando, vou largando a minha bolsa e vou marcando o lugar para cada uma. Então a gente se encontra tudo junto ali na lancha” (“M”, 28/06/2009).

4) Algumas reflexões preliminares e possíveis comparações.

As condições explicitadas pelas entrevistas sugerem que a profissão exercida nas fábricas de pescado em Rio Grande (RS) possibilita uma certa autonomia. Muitas mulheres são chefes de família e sustentam a casa, inclusive em alguns casos de mulheres casadas, cujos maridos encontram-se desempregados, devido principalmente à crise da pesca.

Na pesquisa, observamos que para as mulheres trabalhadoras das fábricas de pescado a questão da autonomia e do empoderamento é significativa, porém, tal situação se estabeleceria não em relação a sua atual atividade de trabalho operário na indústria do pescado, mas sim em outras duas dimensões. A primeira dimensão é em relação a sua nova situação de trabalhadora assalariada da indústria do pescado frente ao tratamento que recebia como trabalhadora da pesca artesanal ou mesmo como trabalhadora da cultura de cebola. A segunda está em assumir a chefia da casa e ter a possibilidade de estabelecer uma relação de igualdade de gênero nas decisões sobre o destino da família, conseqüentemente gerando uma autonomia no seu processo de socialização, mudando a visão do seu papel perante a família e da comunidade onde mora. Constatamos que o trabalho nas fábricas de pescado, ainda que longe de propiciar para as trabalhadoras o empoderamento econômico, nos moldes dos princípios elencados pela UNIFEM e Pacto Global, permite o fortalecimento econômico das mulheres, pois ou são chefes de família ou a sua renda é fundamental para a sobrevivência familiar e, também, o fortalecimento da socialização e da auto estima.

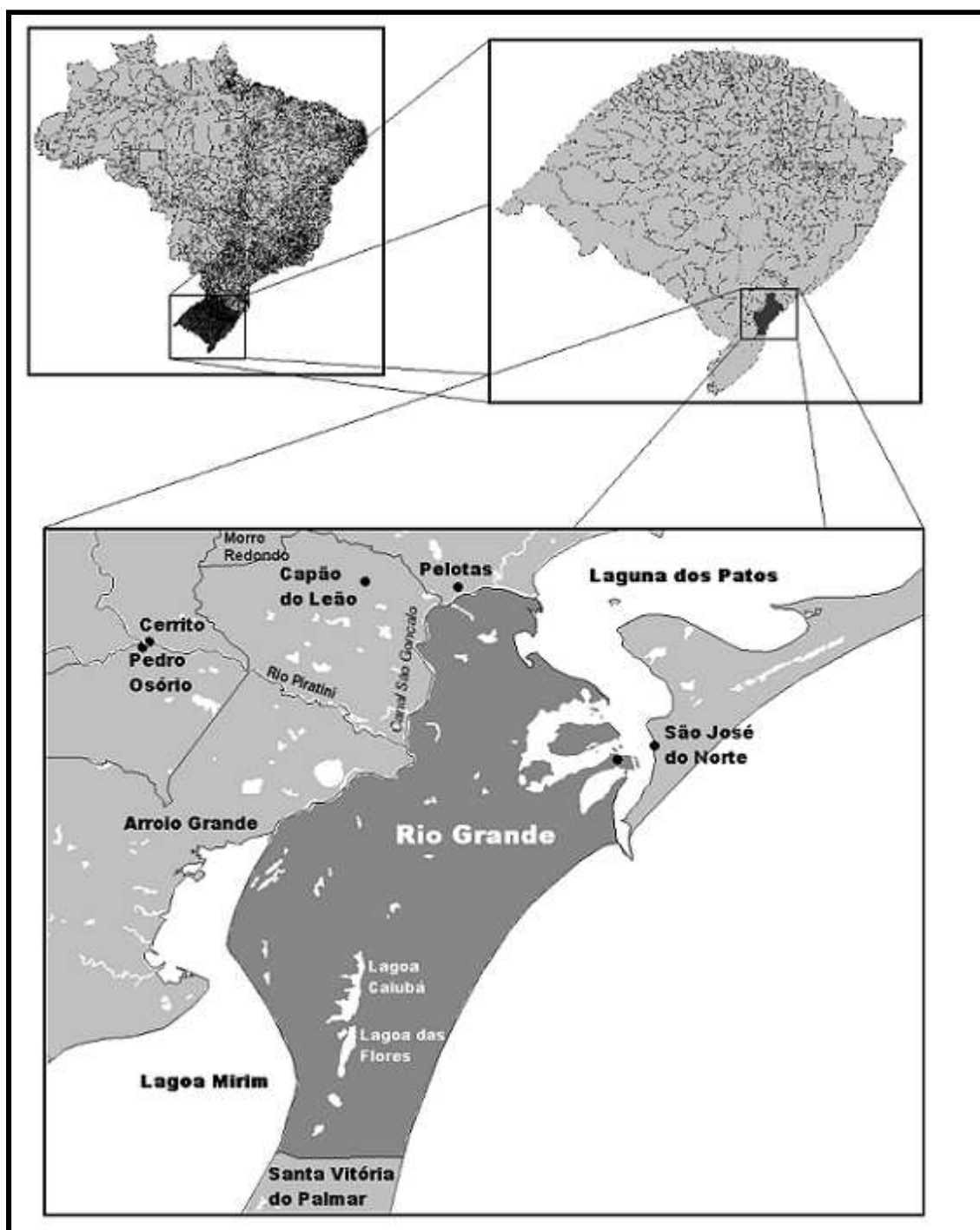
Camou e Maubrigades (2007) analisando as desigualdades de gênero no Uruguai a partir de uma perspectiva histórica do Índice de Desenvolvimento Humano de Gênero (IDG), para o período 1984-2000, indicaram melhoras na posição das mulheres com relação a escolaridade e a qualidade de vida, com um incremento da expectativa de vida. Porém, a inserção das uruguaias no mercado de trabalho ainda está marcada por

questões culturais que lhes confere uma segregação ocupacional e salarial. Estudo realizado por Pereira et al.(2002), sobre as trabalhadoras das fábricas de pescado no Uruguai indica um perfil semelhante com as trabalhadoras pesquisadas no Brasil. Em ambos os casos, mais da metade dos trabalhadores das fábricas de pescado é composta por mulheres adultas (58% em Rio Grande (RS) e 52% no Uruguai). A metade tem mais de quarenta anos (55% e 50% respectivamente). No Uruguai, 85% começaram a trabalhar antes dos dezanove anos, o mesmo foi evidenciado nas entrevistas com as riograndinas. A maioria é casada ou possui companheiro (82% e 72% respectivamente).

Porém, constatamos que existem algumas diferenças entre as trabalhadoras pesquisadas nos dois países e essa diferença implica em uma analogia direta entre a escolaridade e a taxa de fecundidade. As trabalhadoras uruguaias têm uma taxa de escolaridade maior (78% tem mais que ensino fundamental e incompleto) e baixa taxa de fecundidade (51% das uruguaias têm um a dois filhos). Já no caso das brasileiras pesquisadas, há uma alta taxa de fecundidade (60% das trabalhadoras entrevistadas tem de três a cinco filhos) e baixa escolaridade (72% delas têm o ensino fundamental incompleto e 18% são analfabetas). Outra diferença, 27% das uruguaias são chefes de família, índice muito menor que o das trabalhadoras brasileiras pesquisadas, pois 73% estão nesta condição. O que reafirma, no caso brasileiro, a relação de empoderamento não estar associada diretamente a questão da escolaridade e sim a passagem das relações de trabalho tradicionais e patrimoniais para as contratuais e racionais em relação afins.

Os dados até aqui trabalhados não esgotam as possibilidades de outras análises. Os desdobramentos da pesquisa (VELEDA DA SILVA et al. 2011) apontam para um maior aprofundamento no que se refere as questões de gênero e a divisão sexual do trabalho e suas repercussões no mundo do trabalho remunerado e possíveis comparações com as trabalhadoras uruguaias. Com o objetivo de compreender a relação entre o trabalho precário nas fábricas de pescado em Rio Grande (RS) e os estigmas de gênero que as trabalhadoras carregam em decorrência deste trabalho.

Figura 01: municípios: Rio Grande e São José do Norte: localizados no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul (RS).



Fonte: CaderNAU, v. 1, n.1, 2007. Base Cartográfica Digital do Rio Grande do Sul (1:250.000). UFRGS, 2006. Adaptado por Edílson W. Pedroso Júnior, Geógrafo – CREA RS143232.

Referências.

- BAUER, M e GASKELL, G. (2008) “Pesquisa Qualitativa com texto, Imagem e Som”. 7ª, Ed. Petrópolis: Vozes.
- BLAY, E. (1978) “Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista”. In: *Ensaio* 35. São Paulo: Ática.
- BRITO, F. e BAENINGER, R. (Coords) (2008.) “Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais”. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- BRUSCHINI, M. C. (1998) “Trabalho das mulheres no Brasil. Continuidades e mudanças no período 1985-1998”. Relatório elaborado para a OIT. São Paulo: FCC/DPE.
- BRUSCHINI, M. C. et al. (1998) “Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres”. São Paulo: FCC/ Ed. 34.
- BRUSCHINI, M. C. (2000) “Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil/1985-95”. In: *Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios*, ROCHA, M. I. B. (Org.) São Paulo, Ed. 34, pp.13-58.
- BRUSCHINI, M. C. (2007) “Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos”. *Cadernos de pesquisa*. Vol. 37, n. 132, set/dez.
- CAETANO, A. e MAAS, L. (2009) “Entre a família e o trabalho: uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob a perspectiva de gênero, 1996-2006”. Texto para Discussão, n. 374. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR.
- CAMOU, M. e MAUBRIGADES, S. (2007) “Desigualdades de gênero em Uruguay em perspectiva histórica”. *Boletín de Historia Económica*. Ano VC, Nº 6, Dec.
- CARVALHO, L. (1998) “Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida”. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 57, jul.
- CATTANI, A. E HOLZMANN, L. (2006) “Dicionário de trabalho e tecnologia”. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO (CNAE), 2011. www.cnae.ibge.gov.br, 30 de junho de 2011.
- FISHLOW, A. (2011) “O novo Brasil. As conquistas políticas, econômicas, sociais e nas relações internacionais”. São Paulo: Saint Paul Editora.
- HIRATA, H. (2002) “Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade”. São Paulo: Boitempo.
- HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. “Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, Vol. 14, nº2, maio-agosto de 2004. <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/novaeconomia/article/viewFile/430/428>, 19 de maio de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Censo Demográfico, 2010”. <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010sp.asp>. 15 de junho de 2011.

KALLEBERG, A. (2009) “O crescimento do trabalho precário. Um desafio global”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.24, n. 69, Fev.

KON, A. (2005) “Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho”. In: *Seminário as Famílias e as Políticas Públicas no Brasil*. Belo Horizonte: ABEP, Nov.

KON, A. (2008) “A distribuição do trabalho formal no Brasil em uma perspectiva de gênero” http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_983.pdf , 03 de setembro de 2011.

LOURO, G. L. (1997) “Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista”. Ed. Vozes, Petrópolis.

LOYOLA, M. e ABUJAMBRA, M. (1985) “A divisão sexual do trabalho”. São Paulo: CEBRAP.

LUCCOCK, J. (1975) “Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridionais do Brasil”. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp.

MARQUES, L. e SANCHES, S. (2010) “Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: tendências recentes”. In: *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT).

MARTINS, C. A. A. (1997) “Nas águas da Lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos- Rio Grande/RS”. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Geografia Humana. FFLCH/USP, São Paulo.

MARTINS, C. A. A. “No trabalho dos pescadores artesanais a lagoa dos patos vive e dá vida”. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (47), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-47.htm>, 12 de setembro de 2011.

MARTINS, C. A. A. (2006) “Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado”. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Geografia: Desenvolvimento Regional e Urbano. Florianópolis, UFSC.

MELO, H. (2005) “Gênero e pobreza no Brasil”. Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Género en America Latina y el Caribe. Brasília. CEPAL/SPM.

MENDES, M. A. “Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão”. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP, 2002. http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_mendes_texto.pdf , 19 de maio de 2011.

MONTALI, L. (2006) “Provedoras e co-provedoras: mulheres cônjuges e mulheres-chefes de família sob a precarização do trabalho e o desemprego”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. V. 23, n. 2, jul-dez., p. 223-246.

PAULITSCH, V. (2008) “Rheigantz: uma vila operária em Rio Grande”. Rio Grande (RS): Editora da FURG.

PEREIRA, G. et al. “Estudio de la situación de la mujer em el Sector Pesquero Uruguayo”. Mayo de 2002. http://mujeres.infopesca.org/publicaciones/pdf/pub_uruguay.pdf, 12 de setembro de 2011.

PINTO, L. “A discriminação sociojurídica do trabalhador por tarefa no setor pesqueiro riograndino”. *Revista Eletrônica Âmbito Jurídico*. N. 83, ANO XIII, 2010. http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8846, 15 de maio de 2011.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. PNADs / FIBGE, 1985, 1995, 2006. www.ibge.gov.br. 22 de maio de 2011.

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS/MTE). “Brasil: evolução do emprego formal, 2003-2010”. <http://www.mte.gov.br/rais/2010/>, 20 de junho de 2011.

ROCHA, M. I. B. (Org.) (2000) “Trabalho e Gênero – Mudanças, Permanências e Desafios”. São Paulo: Editora 34.

SAFFIOTI, H. (1978) “Emprego doméstico e capitalismo”. Petrópolis: Vozes.

_____ (1979) “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. Petrópolis: Vozes.

_____ (1981) “Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher”. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. S. (1990) “A importância da mulher na indústria pesqueira do Rio Grande”. Monografia em Ciências Econômicas. Rio Grande: FURG.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). “II Plano Nacional de Políticas para as mulheres”. Brasília: SPM, 2008. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf, 12 de abril de 2011.

VELEDA DA SILVA, S. M. et. al. (2011) “Relatório do projeto Mulheres e trabalhos: as (i) mobilidades dos estigmas”. Edital 57 (2008/2010), CNPq. Rio Grande:FURG.